

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>		
<p>Autor: Dep. Adalto de Freitas</p>		

Indica ao Exmo. Sr. Governador do Estado, com cópia ao Presidente da Agência de Regulação de Mato Grosso - AGER, a necessidade de se realizar, periodicamente, a fiscalização da qualidade e conformidade do serviço, investimentos e controle dos itens estipulados nos contratos de concessão de rodovias pedagiadas no estado de Mato Grosso, bem como seja feita ampla divulgação dos dados à população.

Com fulcro no Art. 160 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que encaminhe expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, com cópia ao Presidente da Agência de Regulação de Mato Grosso - AGER, mostrando a necessidade de se realizar, periodicamente, fiscalização da qualidade e conformidade do serviço, investimentos e controle dos itens estipulados nos contratos de concessão de rodovias pedagiadas no estado de Mato Grosso, bem como seja feita ampla divulgação dos dados à população.

JUSTIFICATIVA

A Confederação Nacional do Transporte – CNT em dados divulgados recentemente, apontou que somente nas rodovias federais policiadas, no período entre 2007 e 2017, o país registrou 1.652.403 acidentes e 83.481 mortes. Santa Catarina, Mato Grosso e Tocantins tiveram, entre o período acumulado de 2007 a 2017, médias superiores a 7,5 mortes a cada 100 mil habitantes.

Dentre as oito rodovias que concentram 50,9% do total de mortes ocorridas de 2007 a 2017, está a BR 364, que corta Mato Grosso. Segundo Bruno Batista – diretor-executivo da CNT as rodovias citadas na pesquisa *Acidentes Rodoviários e Infraestrutura 2018*, “ são importantes porque possuem grande extensão e estão situadas em eixos de fluxo elevado de veículos. Entretanto elas estão com a capacidade saturada, o que pode explicar, em parte, o elevado número de mortes e acidentes. O investimento em infraestrutura nessas vias é essencial, sobretudo em duplicação, implantação de acostamento e sinalização. Só assim os índices alarmantes de ocorrências poderão diminuir”.

À AGER/MT, como Agência Reguladora, cabe intermediar os interesses dos envolvidos nos processos de concessão - o Estado, as concessionárias e os usuários -, e assegurar que os objetivos da concessão sejam alcançados. Em sua estrutura administrativa a AGER possui a Coordenadoria Reguladora de Rodovias – CRRPH, responsável pela fiscalização das rodovias concedidas.

Neste sentido, cabe aduzir que as agências reguladoras foram criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos praticados pela iniciativa privada, além de controlar a qualidade na prestação do serviço e estabelecer regras para o setor.

Deste modo, é necessário e urgente que a Agência de Regulação de Mato Grosso - AGER realize periodicamente fiscalização da qualidade e conformidade do serviço, investimentos e controle dos itens estipulados nos contratos de concessão de rodovias pedagiadas no estado de Mato Grosso, de forma que as concessionárias prestem seus serviços com eficiência, pois é inconcebível que continuemos registrando números desastrosos de vítima como os apontados pela CNT.

A propósito, são praticamente diários os relatos de acidentes com mortes envolvendo veículos que trafegam pelas estradas pedagiadas de Mato Grosso.

Assim, é preciso que a qualidade das pistas, da sinalização, das obras e do atendimento aos usuários nas rodovias pedagiadas em Mato Grosso sejam monitoradas com mais vigor, motivo pelo qual apresento a indicação contando com o apoio dos nobres Pares e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 20 de Junho de 2018

Adalto de Freitas
Deputado Estadual